

INFORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: IMPLICAÇÕES GEOPOLÍTICAS PARA O BRASIL

Sarita Albagli

Socióloga; Professora e Pesquisadora da Pós-Graduação em Ciência da Informação - UFRJ/ECO:CNPq/IBICT.

O trabalho apresenta um quadro de referência inicial, visando a elaboração de um projeto de pesquisa, orientado para abordar duas grandes questões. A primeira diz respeito ao papel da informação - e particularmente a chamada "informação ambiental" - no contexto do modelo de desenvolvimento sustentável, proposta que hoje se apresenta como alternativa para a crise sócio-econômica-ambiental ao nível global. A segunda relaciona-se com as possíveis implicações de ordem geopolítica, para o Brasil, decorrentes dessa relação. Parte-se de alguns pressupostos básicos: (1) Meio ambiente e desenvolvimento constituem hoje um binômio indissociável, expresso no conceito de desenvolvimento sustentável onde estão relacionadas variáveis sociais, econômicas, político-institucionais e ambientais strictu sensu. (2) A informação representa um fator essencial no projeto de sustentabilidade do desenvolvimento, se considerados os três princípios básicos que regem tal projeto: o princípio da eficácia no uso de recursos; o princípio da diferença; e o princípio da descentralização. A informação é estratégica para instrumentalizar os atores, territorializados nas diferentes escalas geográficas, no exercício da parceria, conceito-chave no desenvolvimento sustentável. Tem-se como referência as recomendações e os desdobramentos da Agenda 21 - documento compromisso, assinado durante a Rio-92, contendo as principais

diretrizes que devem orientar as ações no sentido do desenvolvimento sustentável, particularmente no que diz respeito ao seu capítulo 40, que trata especificamente do tema da informação. Ao final, situa como elementos de contorno do estudo, a ser iniciado, que a informação assume nesse contexto (a) um caráter científico, entendida como instrumento e produto do avanço do conhecimento a respeito da natureza em si, sua lógica de funcionamento, seu estado atual e suas possíveis transformações/reações; (b) um caráter técnico-econômico, entendida como meio e resultado do desenvolvimento de tecnologias voltadas para o aproveitamento e a preservação da natureza enquanto recurso; (c) um caráter sócio-político, entendida como instrumento para usuários no exercício consciente de seus papéis de tomadores de decisão nos diferentes níveis; (d) um caráter estratégico, enquanto elemento viabilizador do modelo sustentável de desenvolvimento como também do exercício soberano das diferentes territorialidades, do local ao global.